

TRABALHO, CORPO E DOMINAÇÃO:
ENSAIOS SOBRE GÊNERO, RAÇA E CAPITALISMO
Mateus da Silva Fernandes e colaboradores (Orgs.)



**TRABALHO, CORPO E
DOMINAÇÃO: ENSAIOS
SOBRE GÊNERO, RAÇA E
CAPITALISMO**

**Todos os elementos dispostos em tal produção são de total
responsabilidade dos autores**

**Licença Creative Commons Atribuição-Sem Derivações 4.0
Internacional.**

Comissão Editorial:

Dr. Alvaro Carvalho Dias da Silva

Dr. Claudianor Almeida de Figueiredo

Dra. Sônia Azevedo de Medeiros

Dra. Patrícia Ferreira dos Santos

Ms. Geilma Hipólito Lúcio

Me. Adaci Estevam Ramalho Neto

Me. Adriana Freitas da Silva

Esp. Marcos Vitor Costa Castelhana

Me. Ledson Marcos Sousa da Silva

Me. Mateus da Silva Fernandes

Me. Andréa Santos Lúcio

Me. Aldenice Barbosa dos Santos

Me. Mayara Millena Moreira Formiga

Dr. Gustavo Henrique Queiroz dos Santos

*Nosso principal propósito é desenvolver maneiras impactantes para a divulgação e
circulação de pesquisas acadêmicas que possam fortalecer as abordagens científicas
atuais.*

Equipe da Editora Acadêmica Universa - Sucesso EAD

Mateus da Silva Fernandes
Gislânia Dantas de Andrade
Eriene Dantas Junqueira Barros
Rayanne Pinheiro de Almeida
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Sonia Azevedo de Medeiros
Marcos Vitor Costa Castelhana
Patricio Borges Maracajá
Aline Carla de Medeiros
Flávio Franklin Ferreira De Almeida
(Orgs).

TRABALHO, CORPO E DOMINAÇÃO: ENSAIOS SOBRE GÊNERO, RAÇA E CAPITALISMO

1ª Edição

São Bento-PB
Editora Acadêmica
Universa - Sucesso
EAD
2025

2025 - Edição Brasileira by
Editora Acadêmica Universa -
Sucesso EAD by Autores Todos os
direitos reservados

Editora Acadêmica Universa -
Sucesso EAD
CNPJ: 34.514.971/0001-71
E-mail:
facsu.editorial@hotmail.com
Número para contato:
83998400598
São Bento-PB – Brasil

Editor-Chefe: Marcos Vitor Costa Castelhana
Diagramação: Marcos Vitor Costa Castelhana
Revisão de texto: Autores
Capa: Gabriela Gomes Maranhão
Produtora Editorial: Zélia Kamylla Evangelista Dias

DOI: 10.18378/gvaa-978-65-83770-01-1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T758 Trabalho, corpo e dominação [livro eletrônico] : ensaios sobre gênero, raça e capitalismo / Mateus da Silva Fernandes... [et al.]. – São Bento, PB: Editora Acadêmica Universa – Sucesso EAD, 2025.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-83770-01-1

1. Ensaio brasileiro. 2. Identidade. 3. Capitalismo. I. Fernandes, Mateus da Silva. II. Andrade, Gislânia Dantas de. III. Barros, Eriene Dantas Junqueira. IV. Almeida, Rayanne Pinheiro de. V. Carneiro, Tiago Douglas Cavalcante. VI. Medeiros, Sonia Azevedo de. VII. Castelhana, Marcos Vitor Costa. VIII. Maracajá, Patricio Borges. IX. Medeiros, Aline Carla de. X. Almeida, Flávio Franklin Ferreira De.

CDD 301.01

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1- TRABALHO, SEXUALIDADE E SUBMISSÃO DA MULHER: SILVIA FEDERICI EM DEBATE.....	9
CAPÍTULO 2- SUBJETIVIDADE FEMININA: MULHER, CORPO E TRABALHO.....	13
CAPÍTULO 3- PATRIARCADO & ACUMULAÇÃO EM ESCALA MUNDIAL: MULHERES NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	19
CAPÍTULO 4- O DOMÍNIO DO CORPO FEMININO SOB A ANÁLISE DO PATRIARCADO E OS EFEITOS DA RELAÇÃO MULHER-CORPO.....	23
CAPÍTULO 5- A DINÂMICA HISTÓRICA E ESTRUTURAL DO RACISMO: UMA ANÁLISE DE SUAS DIMENSÕES POLÍTICAS, INSTITUCIONAIS E SOCIAIS.....	27
CAPÍTULO 6- ENTRE CAPITAL E COR: O RACISMO ESTRUTURAL NA PERSPECTIVA ECONÔMICA DAS CRISES HISTÓRICAS.....	33
CAPÍTULO 7- UM ENSAIO SOBRE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL A PARTIR DAS ANÁLISES SOCIAIS DE ENGELS E MARX.....	39
CAPÍTULO 8- ENSAIO: O ABSOLUTISMO E AS SUAS MÚLTIPLAS FORMAS.....	45
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	51

APRESENTAÇÃO

A presente obra foi lapidada através da parceria entre professores, colaboradores e alunos da Faculdade Sucesso – FACSU dos cursos de Pedagogia e Serviço Social, tendo a participação especial de graduandos em História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Nesse segmento, o livro em questão reúne um total de oito capítulos de livro voltados a temáticas como as relações laborais, dominação ideológica e as expressões simbólicas e materiais dos corpos enquanto fatores associativos mediante as constantes de gênero, de raça e das vertentes capitalistas na contemporaneidade.

Tenham uma ótima leitura!

CAPÍTULO 1- TRABALHO, SEXUALIDADE E SUBMISSÃO DA MULHER: SILVIA FEDERICI EM DEBATE

Andressa Oliveira De Farias

RESUMO: O esquecimento do enfrentamento do tema sexualidade entre a mulheres se produz pela herança do patriarcado enraizado nos nossos modos e costumes ou pelo fato de segundo a autora vivermos uma revolução feminista inacabada. Por isso a importância de entendermos o quanto a mulher tem sido explorada, servindo aos homens nos afazeres domésticos, sexuais e reprodutivos; reflexo do capitalismo que usa a subserviência da mulher para continuar a sua produção de riquezas, sobre o trabalho não remunerado da mulher nos serviços prestados ao marido, filhos e a casa. Apesar de todas as lutas por direito a igualdade de gênero ao longo dos anos esta ainda é e será por um bom tempo uma pauta a ser discutida, até que a mulher tenha de fato seus direitos conquistados.

Palavras-chave: Trabalho. Sexualidade. Mulher.

INTRODUÇÃO

O livro “O Ponto Zero da Revolução”, no artigo de 1975 que compõe a primeira parte do capítulo primeiro: “Por Que Sexualidade é Trabalho” da autora Silvia Federici, aborda um tema ainda pouco discutido e cheio de tabu. Assim, elucidamos a importância do aprofundamento da análise dessa temática, apontando que a sexualidade é um trabalho para a mulher que casa para servir ao marido, uma vez que proporcionar prazer é a parte mais essencial que se espera de todas as mulheres. Com base neste artigo, nosso objetivo é desenvolver a influência do pensamento da autora em sua análise da sexualidade, que vai além do ato sexual, pois “Sexo é trabalho para nós. É um dever” (Federici, 2019, p. 56).

O esquecimento do enfrentamento do tema sexualidade entre a mulheres se produz pela herança do patriarcado enraizado nos nossos modos e costumes ou pelo fato de segundo a autora vivermos uma revolução feminista inacabada. Por isso a importância de entendermos o quanto a mulher tem sido explorada, servindo aos homens nos afazeres domésticos, sexuais e reprodutivos; reflexo do capitalismo que usa a subserviência da mulher para continuar a sua produção de riquezas, sobre o trabalho não remunerado da mulher nos serviços prestados ao marido, filhos e a casa. Apesar de todas as lutas por direito a igualdade de gênero ao longo dos anos esta ainda é e será por um bom tempo uma pauta a ser discutida, até que a mulher tenha de fato seus direitos conquistados.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do estudo do capítulo mencionado acima, foi utilizado recursos metodológicos em que consiste em uma análise bibliográfica com leitura atenta e crítica do texto “Por Que Sexualidade é Trabalho”, da autora Sílvia Federici em O ponto Zero da Revolução, além de pesquisas adicionais correlacionados ao tema. A autora é uma intelectual militante de tradição feminista marxista autônoma, filósofa contemporânea, escritora e professora, seus trabalhos estão relacionados a igualdade de gênero, é pioneira nas campanhas de reivindicação de salário para o trabalho doméstico e reprodução social. Possui inúmeros artigos sobre feminismo, colonialismo, globalização, trabalho precário e comuns.

O trabalho que auxiliou para melhor entendimento sobre o tema foi: “A mulher no capitalismo: Luta por Direitos e Resistência à Lógica da Dominação-Exploração”, escrita por Ana Gabriela Moreira Pudenzi e Alessandro Soares da Silva. O artigo trás informações complementares sobre as consequências da herança patriarcal sofrida pelas mulheres, cita também as desigualdades de gênero, a violação dos direitos humanos, a exploração-dominação do corpo da mulher, a invisibilidade acerca das tomadas de decisões sociais e políticas ao longo dos anos. Os autores do artigo abordam o papel da mulher no espaço econômica, evidenciando a ardilosidade do capitalismo sobre a subordinação da mulher ao homem, impulsionando-a afazeres domésticos e reprodutivos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No capítulo “Por que Sexualidade é Trabalho”, Silvia inicia o texto sobre a responsabilidade da mulher em satisfazer seu marido, independente da rotina intensa de uma jornada dupla de trabalho, afinal espera-se da mulher que ela trabalhe, cuide da casa e dos filhos, do marido e no final do dia seja sexualmente atraente e ativa, mesmo cansada ela tem um papel a desempenhar, essa responsabilidade a ser cumprida faz com que a mulher não desfrute o prazer de sua sexualidade e a reprima, porque para a mulher sexo é trabalho, e está sob controle.

Além da repressão sexual, existe a cobrança dos padrões de beleza; para ser sucedida é preciso que seja magra, porém não tanto, sem aparente cansaço, perfumada e bem-vestida, nada muito longo nem muito curto. Para a autora a mulher está acostumada a ver o seu corpo pelo ponto de vista do outro, seja do homem ou pelo mercado que o expõe em suas vitrines, aprendemos por meio da submissão e cobrança a odiar a nossa aparência e a nunca está satisfeita com nossos corpos.

A autora faz com que o leitor perceba os medos e anseios que se passa na mente da mulher, das cobranças que a sociedade faz sobre ela e a comercialização sobre o corpo e a sexualidade feminina. Ressaltando que as mulheres estão sempre “ocupadas demais agradando e temerosas demais de falhar para gostar de fazer amor. O sentido do nosso valor está em jogo em todas as relações sexuais” (Federici, 2019, p. 60). Por tanto não importa o quanto as mulheres supram as necessidades que lhes são impostas, o preço a ser pago sempre será alto.

Federici (2019, p. 60) destaca que essa pressão contínua para atender às expectativas sociais transforma a sexualidade feminina em uma obrigação, esvaziando seu caráter de prazer e autonomia. Assim, o que poderia ser uma expressão de liberdade e identidade acaba se tornando um trabalho, reforçando o controle patriarcal sobre o corpo feminino e tirando pouco a pouco a possibilidade de uma vivência autêntica da própria sexualidade.

CONCLUSÃO

O capítulo “Por que Sexualidade é Trabalho” do livro “O Ponto Zero da Revolução”, expõe a sexualidade da mulher como trabalho, ademais das expectativas e cobranças a respeito da figura feminina. A autora expõe a imensa quantidade de afazeres da mulher e os padrões que ela deve seguir, o texto apresentado vai além de uma causa feminista, aborda temas sobre abusos sofridos pela mulher no ambiente doméstico, desigualdade de gênero e economia.

Silvia nos faz pensar sobre a submissão da mulher a figura masculina, desde o pai, o irmão e o marido, cada um à sua maneira, e a economia é uma

forma de exercer esse domínio, e de como toda essa submissão ocultou a mulher na camada social. Esses são os fardos carregados pela mulher ao longo da história, fadadas a viverem a sombra do homem por toda vida, responsável pelas tarefas do lar e vivendo para satisfazer e servir aos caprichos masculinos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEDERICE, Sílvia. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

PUDENZI, Ana Gabriela Moreira. SILVA, Alessandro Soares. A Mulher no Capitalismo: Luta Por Direitos e Resistência à Lógica da Dominação-Exploração. **Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília** – RVMD, Brasília, v. 15, n. 2, p. 56-83, Jul-Dez, 2021.

CAPÍTULO 2- SUBJETIVIDADE FEMININA: MULHER, CORPO E TRABALHO

Lusia Bezerra Fernandes

Priscila da Costa Holanda

RESUMO: Ao longo dos anos a mulher lutou buscando transformações, tentando encontrar o seu espaço na sociedade, se desprendendo de como o homem tem poder de ditar e interferir na assimilação do seu corpo, essa luta persistiu por muitos anos, desde o patriarcado até a contemporaneidade, bem como a mídia algumas vezes perpetuou o patriarcado. Porém, em contraposição ao patriarcado as mulheres passaram a buscar mobilizar a luta por seus direitos e, com o auxílio da mídia, possibilita uma cobertura mais ampla acerca dos desafios que surgiram conforme os passar dos anos. Quando enxergamos um universo em que a mulher é mais do que seu corpo ou suas delimitações patriarcais, reconhecemos a igualdade, as habilidades, construindo para que a mulher possa conquistar sua independência, mostrando suas capacidades intelectuais e profissionais para que consigam defender os seus interesses em âmbitos culturais, sociais, econômicas, políticas e históricos. Essas conquistas só aconteceram, resultando de lutas e ideais pelos seus lugares na sociedade. Ainda temos muito a lutar na sociedade.

Palavras-chave: Subjetividade. Mulher. Corpo. Trabalho.

INTRODUÇÃO

A mulher sempre foi observada a todo momento, como vive, como ela é vista pela sociedade, como se veste, suas atitudes estão sempre no campo de visão dos que julgam. Assim, o espaço da mulher que deveria ser único e construído em meio às suas vivências e culturas, na verdade está relacionado à como ~~querem~~ determinam que ela se comporte, deste modo sempre as mulheres foram vistas como inferior e destinadas apenas a papéis domésticos, reprodutivos, não podendo ter direitos apenas deveres.

O corpo feminino é considerado um objeto que foi controlado de acordo com o tempo e a cultura de cada época e história, assim formando a ostentação pelo seu padrão de beleza, como também foi visto meramente o lado reprodutor, assim estabelecia-se as formas de controles onde eram restringidos e violentados os seus limites interferindo na forma em que era construída a sua identidade; formado tais papéis, com isso, do patriarcado donde somente a vontade dos homens prevalece na forma de poder de decisões, inclusive sobre a mulher.

Ao longo dos anos a mulher lutou buscando transformações, tentando encontrar o seu espaço na sociedade, se desprendendo de como o homem tem poder de ditar e interferir na assimilação do seu corpo, essa luta persistiu por muitos anos, desde o patriarcado até a contemporaneidade, bem como a mídia algumas vezes perpetuou o patriarcado. Porém, em contraposição ao patriarcado as mulheres passaram a buscar mobilizar a luta por seus direitos e, com o auxílio da mídia, possibilita uma cobertura mais ampla acerca dos desafios que surgiram conforme os passar dos anos.

Quando enxergamos um universo em que a mulher é mais do que seu corpo ou suas delimitações patriarcais, reconhecemos a igualdade, as habilidades, construindo para que a mulher possa conquistar sua independência, mostrando suas capacidades intelectuais e profissionais para que consigam defender os seus interesses em âmbitos culturais, sociais, econômicas, políticas e históricos. Essas conquistas só aconteceram, resultando de lutas e ideais pelos seus lugares na sociedade. Ainda temos muito a lutar na sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia se baseia na pesquisa bibliográfica do artigo: Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. Além desse artigo, investigamos para contribuir com a discussão as contribuições do: Psicólogo. Mestre em Educação e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) Georges Daniel Janja Bloc Boris; e pela Psicóloga. Ex-aluna do Curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Mirella de Holanda Cesídio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer dos anos podemos observar mudanças significativas em vários âmbitos, e nas lutas femininas não foi diferente. A mulher no princípio foi submissa aos homens, chegando a ser excluída da sociedade, vemos assim que a sua subjetividade abrangia suas emoções e pensamentos, pois era fortemente

influenciada por questões de gêneros, imposição social e cultural. O corpo da mulher muitas vezes foi visto apenas como objeto de prazer, prevalecendo os interesses masculinos, sejam o interesse dos pais, irmãos, ou maridos, deste modo de como queiram transformar os interesses da mulher de acordo com a necessidade de cada época.

A forma de pensar e agir é um costume da cultura no qual é passado de uma geração para outra, interromper este ciclo compreende transformação e organização levando em conta valores e crenças de cada sociedade, segundo Foucault cada cultura tem o seu diferencial se tornando particular (Foucault, 1999, p.89), mas mesmo com todos esses diferenciais podemos perceber que a mulher continua sendo discriminada seja no trânsito, no trabalho e no lar, para as mulheres quebrarem essa cultura de preconceito, intolerância e rejeição, o que no início dificultou a socialização e da escolaridade da mulher que só na urbanização conseguiu ter avanço e obter acesso a eventos na sociedade, aprender a ler e escrever foi um grande avanço na história da construção do lugar da mulher.

Esses movimentos por transformações se intensificaram entre os séculos XIX e XX destacando alguns, podemos citar, a luta por uma vida social, jurídica, política e educacional, pois esses avanços além de buscar por igualdade elas também lutam pelo desbloqueio psíquico, que lhes tinha sido imposto. A inserção no mercado de trabalho e o direito a votar foi mais um passo que as mulheres deram em direção à liberdade e com isso veio a bolsa por qualificações através de cursos para ter o melhor empenho no trabalho, porém em contrapartida a mulher está em uma dupla jornada tendo tantos afazeres que não lhe resta tempo para suas próprias necessidades e criando um outro modelo de subjetividade onde agora a mulher se encontra refém da mídia e do capitalismo, Caldas (2001) ressalta que o capitalismo estabelece padrões criando operários com uma visão de mundo em que se precisa produzir para poder desejar e consumir, além disso, segundo os estudos, Fischer(2001) ressalta que fica a cargo da igreja e da família ainda diferenciar o certo do errado, trazendo traços e subjetividade do patriarcado, nos levando a estudar se realmente atingimos a nossa liberdade, ou se estamos apenas lutando pelo que a sociedade deseja que lutemos.

Desconstruímos a nossa subjetividade quando conseguimos dominar a nossa maneira de pensar, amar, sonhar, agir e interagir na sociedade, assim desfazemos a cultura dos domínios que passou de geração em geração e através das vivências que criou-se os hábitos, costumes e padrões, essas referências vem sendo dominado atualmente pela mídia quem influencia estratégias de marketing como Kellner (2001) alerta que as propagandas seduz o consumidor para que se forme uma nova pessoa através do consumo.

Assim foi transformada a subjetividade onde a mulher tem um lar para cuidar, o trabalho, e as redes sociais onde cria uma personalidade, através das redes sociais esperam que a subjetividade seja trazida de maneira que possam seguir o padrão de suas redes, que trouxe novos valores, posturas e culturas. Neste contexto podemos observar a dominação da mídia em que a mulher deixou de ser submissa ao homem, mas não se libertou pois se somos submetidas a roupas, acessórios e padrões de beleza onde a indústria do corpo está sendo o que está em alta e girando a produção capitalista.

A mulher deixou de ser vista apenas como a dona do lar e fascinou os interesses de grandes empresas, a mídia foi ganhando espaço com naturalidade e se encaixando na vida das mulheres como também dos homens, Thompson (1998) nos afirma que a mídia envolve os indivíduos em um contexto social e histórico e com recursos que alcançam suas vidas assim as pessoas não questionam o que ela transmite e se deixam ser controlado, limitando o modelo de mulher que tem que ser independente, elegante e estar na moda sendo uma boa consumidora.

CONCLUSÃO

No período do patriarcado a mulher era vista como um produto que era passava das ordens dos pais para as ordens do marido e tudo que lhes restava era obedecer, não satisfeitas começou então a luta feminina para que pudessem ter sua voz ativa na sociedade. Alcançou-se várias conquistas, e algumas ficaram marcadas na história, mas então continuaremos a lutar pela inserção ativa na sociedade. Desta maneira a mulher não permite mais ser colocada em papéis secundários.

Hoje temos uma mulher como seu espaço garantido, porém é neste espaço em que o seu corpo sensual é vendido através da mídia de uma maneira que a mulher gira a economia, mas a mulher não pode deixar de cuidar do seu lar, de trabalhar e de comprar. Enfim, atualmente a mulher está com várias jornadas de trabalho, para que deste modo tenha a sua subjetividade construída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDAS, W. **Temas da cultura de massa**: Música, futebol e consumo. São Paulo: Villipress, 2001.

FISCHER, R. M. B. Mídia e educação da mulher: Uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2. [s. l.]. [s.d]. p. 586-599. 2001.

FOUCAULT, M. **A história da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
KELLNER, D. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍO, Mirella de Holanda. **Mulher, corpo e subjetividade**: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Revista mal-estar e subjetividade*, v. 5, n. 2, p. 451-478. Fortaleza: set, 2007.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAPÍTULO 3- PATRIARCADO & ACUMULAÇÃO EM ESCALA MUNDIAL: MULHERES NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Ana Carla Pereira de Andrade

Ruama Gadelha Fernandes

RESUMO: O principal objetivo deste artigo é oferecer uma análise aprofundada do impacto do patriarcado e da lógica de acumulação capitalista sobre as mulheres no mercado de trabalho, nas relações de poder e no acesso aos recursos econômicos ao redor do mundo. A partir de uma abordagem interseccional, que leva em consideração as múltiplas formas de opressão e discriminação enfrentadas pelas mulheres, pretende-se também refletir sobre estratégias de resistência e superação dessas barreiras em busca da equidade de gênero.

Palavras-chave: Feminismo. Patriarcado. Divisão sexual do trabalho. Economia política feminista. Trabalho feminino.

INTRODUÇÃO

O capítulo “O que é Feminismo?”, do livro Patriarcado & Acumulação em Escala Global – Mulheres na Divisão Internacional do Trabalho, de Maria Mies, discute a importância de compreender o impacto do patriarcado na organização social e na crescente divisão sexual do trabalho. A relevância deste estudo está na necessidade de analisar a desigualdade de gênero presente na economia global e os seus efeitos sobre as mulheres em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos.

O principal objetivo deste artigo é oferecer uma análise aprofundada do impacto do patriarcado e da lógica de acumulação capitalista sobre as mulheres no mercado de trabalho, nas relações de poder e no acesso aos recursos econômicos ao redor do mundo. A partir de uma abordagem interseccional, que leva em consideração as múltiplas formas de opressão e discriminação enfrentadas pelas mulheres, pretende-se também refletir sobre estratégias de resistência e superação dessas barreiras em busca da equidade de gênero.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho foi realizada leitura atenta e uma análise crítica do capítulo mencionado, complementadas por pesquisas teóricas sobre os temas do patriarcado, da divisão internacional do trabalho e da economia política feminista. A autora Maria Mies, socióloga e feminista reconhecida internacionalmente, oferece uma abordagem crítica sobre a exploração das mulheres nos sistemas patriarcais, relacionando gênero, raça e classe em uma perspectiva global.

Além disso, este estudo busca interpretar os conceitos-chave propostos por Mies com base em debates contemporâneos sobre o papel das mulheres no capitalismo globalizado, ressaltando as implicações históricas e sociais da divisão sexual do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No capítulo “O que é Feminismo?”, Maria Mies argumenta que o patriarcado tem desempenhado um papel estrutural na acumulação de capital em escala global. A autora destaca que a origem do patriarcado está diretamente ligada à divisão sexual do trabalho, que historicamente relegou as mulheres a uma posição subordinada, principalmente nos espaços privados e nas tarefas de cuidado e reprodução da vida.

Mies defende que o trabalho feminino não remunerado foi – e continua sendo – fundamental para o funcionamento do sistema capitalista. Mesmo sendo essenciais para a manutenção da força de trabalho, as mulheres foram sistematicamente excluídas dos processos decisórios e dos espaços de poder econômico e político.

Além disso, a autora destaca a importância das formas de resistência desenvolvidas pelas mulheres ao longo do tempo frente às estruturas patriarcais e capitalistas. Ela propõe uma abordagem feminista interseccional e transformadora, que reconheça a diversidade das experiências femininas e promova uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

Assim, o capítulo propõe uma revisão crítica das concepções tradicionais sobre desenvolvimento e economia, sublinhando a urgência de reconhecer o valor do trabalho das mulheres para uma reorganização mais equitativa das estruturas sociais e econômicas.

CONCLUSÃO

O capítulo analisado apresenta uma reflexão profunda sobre a interconexão entre patriarcado e acumulação capitalista, revelando como a exploração das mulheres tem sido central para a consolidação da economia global. Ao evidenciar a divisão internacional do trabalho e seus impactos assimétricos, a autora convida à crítica das estruturas socioeconômicas vigentes e à busca por alternativas que valorizem o trabalho feminino e promovam relações mais justas.

Este estudo reforça a importância de adotar uma perspectiva feminista crítica para compreender a persistência das desigualdades de gênero e pensar em formas de superá-las por meio da organização política, da solidariedade internacional entre mulheres e da construção de um novo paradigma de desenvolvimento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

MIES, Maria. **Patriarcado e acumulação em escala global:** mulheres na divisão internacional do trabalho. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

CAPÍTULO 4- O DOMÍNIO DO CORPO FEMININO SOB A ANÁLISE DO PATRIARCADO E OS EFEITOS DA RELAÇÃO MULHER-CORPO

Sarah Borges Ribeiro

RESUMO: A pesquisa contém como finalidades: Discutir o domínio do corpo feminino, abordar a relação da mulher com o corpo e questionar a subjetividade da mulher. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em artigo e livro que abordam a respeito de temáticas relacionadas ao domínio do corpo feminino focadas na análise do patriarcado definido na subjetividade do corpo feminino e a atual subjetividade feminina por meio da mídia. Os procedimentos teóricos ocorreram por meio da leitura do artigo científico ressaltando as partes centrais do artigo temático. Em seguida, elaborou-se uma síntese analítica contendo as opiniões pessoais com argumentos coesivos a fim de possuir pensamentos críticos e compreensão da importância de quebrar tabus através de temas transversais, temáticas sociais do cotidiano. Seguidamente, tal síntese aponta as discussões de citações dos autores para estabelecer um diálogo entre a perspectiva do autor e o ponto de vista da estudante. Os autores da pesquisa usados de maneira enriquecedora para a pesquisa foram alguns como: Ferreira, Foucault, D'Ávilla Neto, et... al além de estatísticas apontadas acerca de mulheres com altos índices de transtornos alimentares.

Palavras-chave: Patriarcado. Corpo. Domínio do corpo.

INTRODUÇÃO

A história do patriarcado influenciou a subjetividade do corpo feminino como uma propriedade que deve obedecer a seu marido, servi-lo e a mulher obtém a obrigação de satisfazer os prazeres do homem. Por conseguinte, nos dias atuais há a interferência da mídia nos conceitos do padrão estabelecido para que a mulher se torne feliz impactando na relação da mulher com o seu corpo.

A pesquisa discutirá a temática do domínio do corpo feminino como apresentação de pesquisa utilizando o desenvolvimento do assunto com metodologia, referencial teórico e considerações finais. Em seguida, a pesquisa aborda o domínio do corpo feminino, o papel da subjetividade e os efeitos da mídia no século XXI a respeito do corpo do gênero feminino.

A pesquisa contém como finalidades: Discutir o domínio do corpo feminino, abordar a relação da mulher com o corpo e questionar a subjetividade da mulher. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em artigo e livro que abordam a respeito de temáticas relacionadas ao domínio do corpo

feminino focadas na análise do patriarcado definido na subjetividade do corpo feminino e a atual subjetividade feminina por meio da mídia.

Os procedimentos teóricos ocorreram por meio da leitura do artigo científico ressaltando as partes centrais do artigo temático. Em seguida, elaborou-se uma síntese analítica contendo as opiniões pessoais com argumentos coesivos a fim de possuir pensamentos críticos e compreensão da importância de quebrar tabus através de temas transversais, temáticas sociais do cotidiano.

Seguidamente, tal síntese aponta as discussões de citações dos autores para estabelecer um diálogo entre a perspectiva do autor e o ponto de vista da estudante. Os autores da pesquisa usados de maneira enriquecedora para a pesquisa foram alguns como: Ferreira, Foucault, D' Ávilla Neto, et... al além de estatísticas apontadas acerca de mulheres com altos índices de transtornos alimentares.

Em conformidade com Ferreira (1986), “cultura é o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade” Perante este pensamento, cultura é o conjunto de hábitos, costumes, valores concretos e abstratos a fim de que troquem e compartilhe-se com as interações sociais.

De acordo com Foucault (1999), “cada cultura tem seu limiar particular e ele evolui com a configuração desta cultura”. Fazendo uma relação da citação de Foucault com a sociedade do patriarcado, a cultura varia de acordo com a sua sociedade atual destacando o patriarcado construído no período colonial. No período colonial, a sociedade obtinha um sistema em que o homem exerce função de opressor do corpo feminino enquanto que a mulher possuía atribuição de ser a oprimida, obedecer às regras do marido.

Segundo Rolnik (1997), “a subjetividade é o perfil de um modo de ser que delimita o interior e o exterior do ser humano.” A partir disso, a subjetividade é a relação do indivíduo com as influências socioculturais variando conforme cada sociedade. Como afirma Fischer (2001), os meios de comunicação, especialmente a televisão, conseguem captar o receptor em sua intimidade, produzindo nele, muitas vezes, a possibilidade de se reconhecer em uma série de “verdades” criadas e veiculadas nos programas e nos anúncios publicitários.

Por conseguinte, a subjetividade pode ser construída pelos meios de comunicações conceituando a identidade da mulher com bens materiais definido pela imprensa resultando no consumismo dos produtos e nas propagações ligadas ao corpo feminino. Ao decorrer da história, a sociedade atual passou a cobrar estabilidade financeira, papel de mãe, esposa, dona de casa incluindo encaixar em focar em um corpo esbelto além da maneira de se comportar. No século XXI, propaga-se e repercute cobranças do corpo feminino por meio da mídia trazendo a reflexão do domínio do corpo feminino.

Em síntese, é essencial que a família e a legislação federativa conversem com o público feminino e masculino com propostas de conscientização por meio de palestras, debates e incluir esses temas além de ações estimulantes proporcionadas pelas leis das mulheres para que ocorra um conhecimento universal abordando os direitos das mulheres, o papel da mulher e a importância da sua emancipação na sociedade do patriarcado na atualidade incluindo o domínio do corpo feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORIS, Geroges; CESÍDIO, Mirella. **Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade**. REVISTA Mal – Estar e Subjetividade, Fortaleza, v. 7, n ° 2, p. 451 – 478, set/2007.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado**. Belo Horizonte: Leitura, 2009.

CANUTO, Luiz. **Transtorno alimentar atinge cerca de 15 milhões de brasileiros, revela pesquisador em audiência na Câmara Fonte: Agência Câmara de Notícias**. Portal da Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1082779-transtorno-alimentar-atinge-cerca-de-15-milhoes-de-brasileiros-revela-pesquisador-em-audiencia-na-camara/#:~:text=Pesquisa%20realizada%20em%2016%20pa%C3%ADses,mulheres%2C%20chega%20a%20um%20ter%C3%A7o>. Acesso em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 05 maio 2025.

CAPÍTULO 5- A DINÂMICA HISTÓRICA E ESTRUTURAL DO RACISMO: UMA ANÁLISE DE SUAS DIMENSÕES POLÍTICAS, INSTITUCIONAIS E SOCIAIS

Tamires Alves de Sousa

RESUMO: A análise das dinâmicas históricas e estruturais do racismo no Brasil destaca como essa forma de opressão transcende a esfera individual e se consolida como um sistema organizado, operando de maneira integrada nas dimensões políticas, institucionais e sociais. Longe de ser um problema pontual, o racismo estrutural é uma engrenagem central na perpetuação das desigualdades, alicerçada em processos históricos como a escravidão, que consolidaram hierarquias raciais e formas de exclusão ainda presentes na contemporaneidade. Políticas de branqueamento, o mito da democracia racial e a criminalização racializada atuaram como pilares ideológicos e práticos que legitimaram a marginalização da população negra, ao mesmo tempo em que ocultaram a responsabilidade das instituições na reprodução dessas desigualdades. Por fim, o desafio de desconstruir o racismo estrutural é coletivo e contínuo. Ele exige o engajamento de diferentes setores da sociedade, incluindo governos, empresas, organizações civis e cidadãos, em um esforço articulado e permanente. Somente por meio de um compromisso genuíno com a equidade e a justiça social será possível transformar as estruturas de exclusão e construir uma sociedade onde a igualdade não seja apenas uma promessa, mas uma realidade tangível para todos os brasileiros.

Palavras-chave: Racismo sistêmico. Desigualdade estrutural. Colonialidade do poder.

INTRODUÇÃO

O racismo, enquanto estrutura de opressão e discriminação, configura-se como um dos principais obstáculos à construção de uma sociedade justa e igualitária. Sua compreensão não deve se restringir à análise de atitudes individuais de preconceito, mas sim ser abordado como um fenômeno social profundo e sistêmico, que permeia a organização das instituições e as dinâmicas de poder. A perspectiva estrutural do racismo permite entender como ele se perpetua através das esferas política, histórica, econômica e ideológica, influenciando não apenas as relações interindividuais, mas também as políticas públicas, as práticas institucionais e as representações sociais.

Quanto ao racismo no processo político, este reflete-se na maneira como é institucionalizado pelo Estado e pela sociedade, por meio da construção de narrativas ideológicas que legitimam a desigualdade racial. O conceito de "racismo reverso", frequentemente, utilizado para deslegitimar as lutas por igualdade racial, é um exemplo claro de como o racismo é manipulado para

manter privilégios e garantir a coesão social em torno de uma ordem racial hierarquizada. Além disso, o racismo é indissociável de um contexto histórico, uma vez que suas manifestações estão diretamente ligadas às transformações políticas e econômicas que caracterizam as diferentes formações sociais ao longo do tempo. Cada país, dependendo de seu processo de colonização, industrialização e organização social, apresenta formas próprias de classificação racial, como evidenciado pela diversidade de classificações raciais no Brasil e nos Estados Unidos.

Esta reflexão sobre a dinâmica do racismo visa analisar o racismo sob a perspectiva de seu caráter estrutural, explorando suas dimensões políticas e históricas. São discutidos os mecanismos que tornam o racismo uma prática sistêmica, desde a sua institucionalização no campo jurídico até sua reprodução em narrativas ideológicas.

Além disso, aborda-se a importância de se compreender o racismo dentro de um contexto histórico, que revela as diversas formas de segregação e a dinâmica de poder que sustentam as hierarquias raciais. Por fim, busca-se evidenciar a necessidade de uma análise crítica do racismo, que considere suas múltiplas facetas e contribua para o desenvolvimento de políticas e práticas antirracistas eficazes.

METODOLOGIA

O presente estudo emprega uma metodologia qualitativa de caráter exploratório e descritivo, visando a análise da dinâmica histórica e estrutural do racismo, ao mesmo tempo em que investiga suas dimensões políticas, institucionais e sociais. Busca-se entender de que maneira o racismo, enquanto um fenômeno sistêmico, se perpetua e se expressa de diversas maneiras ao longo do tempo, impactando especialmente as populações negras no Brasil. A investigação foca em uma análise minuciosa das interconexões históricas que sustentam o racismo estrutural e suas repercussões nas esferas política, social e institucional da sociedade brasileira. A estratégia metodológica selecionada é embasada em uma ótica interdisciplinar, possibilitando a assimilação de conceitos e teorias oriundos de campos distintos, como sociologia, história,

ciência política e economia. Isso permite uma análise abrangente das variadas manifestações do racismo e sua intersecção com outras estruturas de desigualdade, como classe social, gênero e economia. A investigação baseia-se, primordialmente, em uma revisão de literatura que abrange obras acadêmicas significativas que abordam o racismo estrutural sob diversas perspectivas, incluindo análises políticas e institucionais do fenômeno racial. Dessa forma, a metodologia utilizada tem como objetivo oferecer uma compreensão abrangente e crítica da dinâmica do racismo, investigando suas origens históricas e suas ramificações nas esferas política, social e institucional, com a intenção de auxiliar na elaboração de políticas mais eficazes para o combate à discriminação racial no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do racismo como um fenômeno histórico e estrutural revela sua profunda inserção nas dimensões políticas, institucionais e sociais, moldando as dinâmicas de poder e perpetuando desigualdades ao longo do tempo. O racismo estrutural, mais do que uma questão moral ou individual, é sustentado por mecanismos institucionais que legitimam e reforçam as hierarquias raciais, tornando-o um dos principais fatores de exclusão e marginalização das populações negras.

Nesse contexto, Gonzaga et al. (2024) explica que a história do Brasil é permeada por dinâmicas raciais que evidenciam a tentativa de negar e apagar a contribuição da população negra na formação da sociedade. Políticas de branqueamento e a difusão do mito da "democracia racial" buscaram construir uma narrativa de igualdade racial inexistente, desviando o foco da realidade marcada por discriminação sistêmica e exclusão. Essas estratégias serviram para mascarar as desigualdades estruturais que, ao longo do tempo, segregaram a população negra, restringindo seu acesso a direitos básicos, oportunidades no mercado de trabalho formal e participação plena na sociedade. Diante disso, a criminalização racializada emerge como um instrumento de controle social que reforça a marginalização de negros por meio de marcadores de classe e raça.

Seguindo esse entendimento, Ribeiro (2019) enfatiza que debater o racismo no Brasil exige um mapeamento crítico de suas consequências históricas, considerando como as hierarquias raciais foram construídas e perpetuadas ao longo do tempo. Esse olhar histórico é essencial para desmascarar os mecanismos de exclusão e propor caminhos efetivos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na dimensão política, o racismo manifesta-se por meio de políticas públicas que, historicamente, privilegiaram populações brancas em detrimento das negras, resultando em desigualdades persistentes. A falta de representatividade política de pessoas negras reflete um sistema que ainda dificulta o acesso equitativo ao poder decisório, perpetuando um ciclo de exclusão.

Nas instituições, como escolas, empresas e órgãos do Estado, o racismo estrutural opera de forma sutil, porém eficaz, através de práticas que favorecem a branquitude e desvalorizam o trabalho e a presença negra. No mercado de trabalho, por exemplo, as barreiras estruturais dificultam a ascensão de profissionais negros, enquanto no sistema educacional, as disparidades de acesso e qualidade de ensino reforçam o ciclo de exclusão.

A dimensão social do racismo estrutural é igualmente crítica. O privilégio da branquitude, conforme discutido por autores como Almeida (2019) e Bento (2022), estabelece uma dinâmica de dominação que se naturaliza nas relações sociais. Esse privilégio, muitas vezes inconsciente, sustenta uma hierarquia racial que beneficia indivíduos brancos enquanto marginaliza e invisibiliza as demandas e as contribuições das populações negras.

Outro aspecto importante é o papel das narrativas culturais e históricas na consolidação dessas desigualdades. A ausência ou deturpação da história das populações negras nos currículos escolares e nos meios de comunicação contribui para a naturalização do racismo, reforçando estereótipos e deslegitimando a identidade e a luta negra.

Em síntese, os resultados desta análise apontam que o racismo estrutural não é apenas um legado histórico, mas uma realidade ativa que exige uma abordagem crítica e multidimensional para sua compreensão e combate. É imprescindível que se reconheça a interseção entre as dimensões política, institucional e social para a implementação de políticas públicas antirracistas e para a desconstrução

das estruturas que sustentam essa forma de opressão. Apenas por meio de uma transformação profunda nessas dimensões será possível avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONCLUSÃO

A análise das dinâmicas históricas e estruturais do racismo no Brasil destaca como essa forma de opressão transcende a esfera individual e se consolida como um sistema organizado, operando de maneira integrada nas dimensões políticas, institucionais e sociais. Longe de ser um problema pontual, o racismo estrutural é uma engrenagem central na perpetuação das desigualdades, alicerçada em processos históricos como a escravidão, que consolidaram hierarquias raciais e formas de exclusão ainda presentes na contemporaneidade. Políticas de branqueamento, o mito da democracia racial e a criminalização racializada atuaram como pilares ideológicos e práticos que legitimaram a marginalização da população negra, ao mesmo tempo em que ocultaram a responsabilidade das instituições na reprodução dessas desigualdades.

Esse quadro evidencia a necessidade de um enfrentamento que vá além de ações superficiais ou simbólicas. Combater o racismo estrutural requer uma abordagem sistêmica, que considere as raízes históricas das desigualdades e proponha soluções abrangentes. Políticas públicas antirracistas devem ser implementadas com urgência, buscando corrigir desequilíbrios estruturais em áreas como educação, saúde, moradia e mercado de trabalho. Além disso, é imprescindível desconstruir narrativas excludentes que naturalizam privilégios e deslegitimam as contribuições e os direitos da população negra. A educação, nesse contexto, desempenha um papel crucial, pois é por meio dela que se pode valorizar a diversidade, promover o reconhecimento histórico e formar uma consciência coletiva comprometida com a igualdade.

Este estudo reforça, ainda, a importância de compreender as interseções entre raça, classe e poder como elementos centrais na análise das desigualdades no Brasil. A combinação desses fatores demonstra que o racismo estrutural não atua isoladamente, mas está entrelaçado com outras formas de

opressão, intensificando a exclusão e as vulnerabilidades de determinados grupos sociais. Para superar essas barreiras, torna-se indispensável promover a igualdade de oportunidades e implementar medidas reparatórias que reconheçam e enfrentem as injustiças históricas sofridas pela população negra.

Por fim, o desafio de desconstruir o racismo estrutural é coletivo e contínuo. Ele exige o engajamento de diferentes setores da sociedade, incluindo governos, empresas, organizações civis e cidadãos, em um esforço articulado e permanente. Somente por meio de um compromisso genuíno com a equidade e a justiça social será possível transformar as estruturas de exclusão e construir uma sociedade onde a igualdade não seja apenas uma promessa, mas uma realidade tangível para todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GONZAGA, Anna Raquel Andrade; et al. **Racismo estrutural no Brasil: da herança escravocrata à consolidação do racismo estrutural**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS; SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS; CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL, 5., 2024, Londrina. Anais [...]. Londrina: UEL, 2024. v. 5, n. 1. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3817/3416>. Acesso em: 03 dez. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CAPÍTULO 6- ENTRE CAPITAL E COR: O RACISMO ESTRUTURAL NA PERSPECTIVA ECONÔMICA DAS CRISES HISTÓRICAS

Krislla Sabrina Teixeira Alves

RESUMO: A proposta deste trabalho é investigar a interrelação entre racismo estrutural e as crises econômicas, focando principalmente nos efeitos dessas crises sobre as populações negras no Brasil. Em particular, busca-se compreender como o capitalismo, com suas crises cíclicas, tem exacerbado as desigualdades raciais, intensificando a discriminação e a exclusão social, principalmente em períodos de retração econômica. Dessa forma, este estudo não se limita a uma análise pontual das dinâmicas raciais, mas busca contribuir para a construção de um entendimento robusto das interações entre o racismo e o sistema econômico, com vistas a propostas concretas para a promoção da equidade e da justiça social no Brasil contemporâneo. **Palavras-chave:** Capital. Cor. Racismo Estrutural. Perspectiva Econômica.

INTRODUÇÃO

O fenômeno do racismo estrutural representa uma das questões mais profundas e complexas que atravessam as sociedades contemporâneas, especialmente no contexto brasileiro. Em uma análise científica, o racismo estrutural não é apenas uma questão de atitudes discriminatórias ou ações isoladas de indivíduos, mas sim um sistema intrínseco que perpassa e se perpetua através das estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas. Esse sistema de opressão é enraizado historicamente, tendo suas origens na escravidão, na colonização e em um longo processo de marginalização das populações negras, cujas consequências são sentidas de forma contínua nas dinâmicas sociais e nas relações de poder vigentes.

Neste sentido, a análise econômica do racismo estrutural se torna, particularmente, relevante quando se considera o capitalismo como um fator que não apenas sustenta, mas também potencializa as desigualdades raciais. O sistema capitalista, ao longo da história, tem desempenhado um papel crucial na perpetuação da exclusão e da subordinação das populações negras, seja pela exploração do trabalho escravo, seja pela marginalização no acesso a direitos fundamentais e ao mercado de trabalho.

A proposta deste trabalho é investigar a interrelação entre racismo estrutural e as crises econômicas, focando principalmente nos efeitos dessas crises sobre as populações negras no Brasil. Em particular, busca-se

compreender como o capitalismo, com suas crises cíclicas, tem exacerbado as desigualdades raciais, intensificando a discriminação e a exclusão social, principalmente em períodos de retração econômica.

Dessa forma, este estudo não se limita a uma análise pontual das dinâmicas raciais, mas busca contribuir para a construção de um entendimento robusto das interações entre o racismo e o sistema econômico, com vistas a propostas concretas para a promoção da equidade e da justiça social no Brasil contemporâneo.

METODOLOGIA

O estudo adota uma abordagem qualitativa e se caracteriza como uma pesquisa exploratória e descritiva. O escopo é investigar o racismo sob as óticas econômica e histórica, com ênfase nos efeitos das grandes crises sobre a população negra. A estratégia escolhida se fundamenta em uma perspectiva interdisciplinar, o que possibilita uma análise completa das diversas formas como o racismo tem sido propagado e perpetuado em diferentes áreas da sociedade. A pesquisa apoia-se, principalmente, na revisão de literatura e em artigos acadêmicos relevantes que tratam do racismo estrutural sob uma perspectiva econômica, além de obras fundamentais de autores que abordam temas relacionados ao capitalismo e às desigualdades raciais. A partir dessa revisão, são investigados os principais conceitos e debates acadêmicos sobre a influência do capitalismo na manutenção de uma sociedade, historicamente, racista.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Revela-se que o racismo estrutural no Brasil está intrinsecamente relacionado às crises econômicas históricas, sendo uma variável central na reprodução das desigualdades sociais e raciais ao longo do tempo. A análise das crises econômicas e seus impactos sociais revela como a exclusão de populações negras e periféricas se amplifica em momentos de retração

econômica, reforçando ainda mais a marginalização histórica desse grupo. Nesse contexto, explica Almeida (2019):

A história do racismo moderno se entrelaça com a história das crises estruturais do capitalismo. A necessidade de alteração dos parâmetros de intervenção estatal a fim de retomar a estabilidade econômica e política – e aqui entenda-se estabilidade como o funcionamento regular do processo de valorização capitalista – sempre resultou em formas renovadas de violência e estratégias de subjugação da população negra.

Diante disso, é nítido que durante as crises, as populações negras e periféricas enfrentam uma sobrecarga desproporcional de pobreza, desemprego e falta de acesso a serviços básicos, um fenômeno que se agrava pela persistência do racismo estrutural no mercado de trabalho e nas políticas públicas. Em conformidade com o entendimento de Almeida (2021), a desigualdade racial no Brasil está enraizada às suas estruturas econômicas e políticas, resultando em uma marginalização contínua das populações negras, particularmente em períodos de crise.

Com o advento da pandemia do Covid-19, o racismo estrutural, por sua vez, destacou a crise econômica e seus efeitos desiguais sobre a população negra, agravando as condições de desigualdade no Brasil nesse período (Borelli, 2022).

Nesse diapasão, a relação entre capitalismo e racismo estrutural também é destacada por Castro (2021), que alude que a globalização econômica, especialmente após o período colonial, reforçou práticas discriminatórias no mercado de trabalho, resultando em uma concentração de poder e riqueza nas mãos de um pequeno grupo dominante, em sua maioria branco e elitizado. A partir da análise das crises, o autor enfatiza que as tensões econômicas intensificam as desigualdades raciais, uma vez que os recursos limitados são distribuídos de maneira ainda mais desigual, afetando severamente a população negra.

Para Santos e Guena (2022), em tempos de crise econômica, as desigualdades raciais tendem a se amplificar, criando um cenário de ainda maior opressão e exclusão para as populações negras. A crise econômica, seja ela financeira, política ou social, agrava as disparidades já existentes, pois os

grupos marginalizados, especialmente os negros, são os primeiros que sofrem os impactos da retração econômica.

Ademais, a desigualdade racial no Brasil também se reflete no campo educacional e no acesso a oportunidades de emprego. Ferreira (2019) destaca que, apesar de avanços nas políticas de cotas, as condições econômicas e sociais continuam a limitar o acesso de jovens negros a uma educação de qualidade e ao mercado de trabalho formal. A ausência de acesso a recursos, a falta de oportunidades educacionais, a concentração de riqueza nas mãos de uma elite branca e a desvalorização do trabalho dos negros resultam em uma perpetuação das condições de desigualdade racial.

Os dados empíricos e a revisão literária também confirmam que o racismo estrutural se manifesta em diferentes dimensões da sociedade brasileira. O racismo não é apenas um fenômeno de discriminação individual, mas um sistema de opressão, profundamente, institucionalizado, que atravessa a esfera política, econômica e social. A integração das populações negras ao processo econômico é um desafio contínuo, que exige mudanças estruturais nas políticas públicas e na organização do trabalho.

CONCLUSÃO

O racismo estrutural, como fenômeno multifacetado, apresenta-se como uma das mais profundas e complexas formas de opressão presentes nas sociedades contemporâneas, especialmente no Brasil, onde suas raízes históricas estão imbricadas nos processos de colonização e escravidão. A análise proposta neste trabalho, ao investigar as interações entre o racismo estrutural e o capitalismo, revela que as desigualdades raciais são, em grande parte, impulsionadas por dinâmicas econômicas que perpetuam e intensificam as disparidades entre grupos raciais. O capitalismo, ao longo da história brasileira, tem não apenas sustentado, mas também potencializado essas desigualdades, principalmente por meio da exploração do trabalho escravo e da exclusão sistemática da população negra dos benefícios das transformações econômicas.

O estudo demonstrou que as crises econômicas, ao contrário de

funcionarem como momentos de superação das desigualdades sociais, têm atuado como catalisadores do aprofundamento das disparidades raciais. Em períodos de retração econômica, as populações negras se veem desproporcionalmente afetadas, sendo mais vulneráveis ao desemprego, à precarização das condições de trabalho e à marginalização social. Essa realidade é reflexo da estrutura econômica que, ao privilegiar determinados grupos sociais, exclui e submete as populações racializadas a uma condição de inferioridade material e social, reforçada pela ideologia meritocrática que desconsidera as barreiras históricas e estruturais que moldam a vida das pessoas negras.

Uma das principais conclusões deste trabalho é que o racismo não pode ser entendido apenas como uma questão moral ou ética, mas como uma estrutura sistêmica que está intimamente ligada ao funcionamento do capitalismo. Essa estrutura mantém a segregação social e a exclusão racial de forma silenciosa e quase imperceptível, influenciando as interações sociais e culturais de maneira que perpetua as desigualdades. A meritocracia, como ideologia dominante, esconde a realidade do racismo sistêmico, ao atribuir a pobreza e a exclusão à falta de mérito individual, quando, na verdade, essas condições resultam de um sistema econômico e social que discrimina com base na raça.

Ao abordar o racismo estrutural sob a ótica econômica e histórica, este estudo reafirma a importância de se adotar uma abordagem crítica e interdisciplinar para entender as raízes e as consequências desse fenômeno. A pesquisa aponta para a necessidade urgente de desconstruir as narrativas que naturalizam as desigualdades raciais e promover a criação de políticas públicas que combatam não apenas as manifestações individuais de racismo, mas também os sistemas econômicos e sociais que o sustentam.

Por fim, este trabalho contribui para o debate acadêmico sobre as intersecções entre racismo e capitalismo, oferecendo uma base teórica sólida para futuras investigações e proposições de soluções que possam efetivamente combater as desigualdades raciais no Brasil. A superação do racismo estrutural exige não apenas uma mudança nas políticas econômicas, mas também uma transformação profunda nas mentalidades e nas práticas institucionais, com o reconhecimento das especificidades da população negra e o fortalecimento de

sua autonomia e participação plena na sociedade. Para tanto, é imprescindível que as ciências sociais e econômicas continuem a dialogar e a colaborar, a fim de construir um futuro mais justo e igualitário para todos os cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. S. Desigualdade racial e desenvolvimento: uma análise crítica. **Revista de Estudos Sociais**, v. 12, n. 3, p. 53-61, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698227734>. Acesso em: 30 out. 2024.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo:Pólen, 2019.

BORELLI, Elizabeth. **Trabalho e Desigualdade Racial no Brasil**. Portal Intercom, 2022. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0721202219215462d9d1829754f.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2024.

CASTRO, R. Globalização e desigualdade: o legado colonial na era moderna. **Revista Brasileira de Economia Global**, v. 17, n. 4, p. 65-78, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222001000200007>. Acesso em: 02 nov. 2024.

FERREIRA, A. M. Racismo e desigualdade no Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, v. 28, n. 2, p. 33-45, 2019.

SANTOS, Céres; GUENA, Márcia. Expulsão do racismo estrutural da comunicação: da utopia à realidade. **Extraprensa**, São Paulo, v. 15, n. esp, p. 119 – 135, mai. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/download/194387/182553>. Acesso em: 05 dez. 2024.

CAPÍTULO 7- UM ENSAIO SOBRE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL A PARTIR DAS ANÁLISES SOCIAIS DE ENGELS E MARX

Paula Roberta Maia de Oliveira

RESUMO: Partindo da compreensão de que a revolução industrial decorreu de um processo de industrialização capitalista que só foi possível por meio da exploração do trabalho; o objetivo deste ensaio é produzir um delineamento sobre a Revolução Industrial, com um olhar sob as situações dos trabalhadores nesse contexto, tendo como referência as análises históricas e sociais de Friedrich Engels e Karl Marx, a partir das obras “O Manifesto do Partido Comunista”, tratado escrito pelos dois teóricos alemães e publicado pela primeira vez em 1848; e “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” de Engels, escrita entre 1842 e 1844, na qual ele descreve com base em suas próprias observações da vida material da época, as condições do proletariado inglês durante a revolução industrial.

Palavras-chave: Revolução Industrial. Análises Sociais. Marx.

INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial define um evento histórico da sociedade moderna europeia da segunda metade do século XVIII. Esse marco corresponde ao domínio do desenvolvimento exponencial dos meios de produção da economia capitalista, no qual o invento de sucessivas inovações tecnológicas nos modos de produção, transformaram os sistemas de produção manufatureiros em largos sistemas de produção de maquinofatura, modificando de maneira radical a estrutura das relações de trabalho da época, e definindo, assim, uma nova norma de vida para a sociedade inglesa e, subsequentemente, para o resto do mundo contemporâneo.

Essas transformações econômicas e sociais tiveram como palco de seu pioneirismo a região da Grã-Bretanha (Ilha pertencente ao continente europeu, formada pela Inglaterra, Escócia e País de Gales, que juntamente com a Irlanda compõe os países que formam o grupo do Reino Unido). Segundo o historiador britânico Hobsbawm (2009), a Grã-Bretanha foi pioneira no progresso industrial em razão de possuir pré-condições que possibilitaram a revolução da produção, precedida por no mínimo “200 anos de desenvolvimento econômico razoavelmente contínuo” (p. 34), essas pré-condições incluíam as diversificadas áreas de industrialização potencial; áreas de economia independente (nas colônias e em pontos de dominação e comércio no oriente); setores

manufatureiros extensivos e bem desenvolvidos; desenvolvimento industrial gerido pelos pequenos empresários e artesãos profissionais; zonas de produção para exportação; além de um significativo incentivo e apoio dos governos britânicos que desde 1660 “estavam firmemente comprometidos com políticas que favoreciam a busca do lucro acima de todos os outros objetivos” (p. 36) e, por isso, não teriam atrapalhado nenhum tipo de desenvolvimento industrial ou de inovações técnicas pensadas para a expansão dos bens de capital.

É muito duvidoso que em 1750 ainda existisse um campesinato dono de terras em grandes partes da Inglaterra, e é seguro que não podemos mais falar de uma agricultura de subsistência. Daí não ter havido maiores dificuldades para a transferência de homens de atividades não-industriais para as industriais. O país acumulara capitais e tinha dimensões suficientes para permitir-se investimentos nos equipamentos necessários à transformação econômica, não muito dispendiosos antes das ferrovias. (Hobsbawn, 2009, p. 37)

A análise de Hobsbawn nos leva a perceber o marco da Revolução Industrial a partir da relação inerente entre os interesses da burguesia e o desenvolvimento industrial, na busca pelo lucro privado e pelo acúmulo de capital.

Sendo assim, partindo da compreensão de que a revolução industrial decorreu de um processo de industrialização capitalista que só foi possível por meio da exploração do trabalho; o objetivo deste ensaio é produzir um delineamento sobre a Revolução Industrial, com um olhar sob as situação dos trabalhadores nesse contexto, tendo como referência as análises históricas e sociais de Friedrich Engels e Karl Marx, a partir das obras “O Manifesto do Partido Comunista”, tratado escrito pelos dois teóricos alemães e publicado pela primeira vez em 1848; e “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” de Engels, escrita entre 1842 e 1844, na qual ele descreve com base em suas próprias observações da vida material da época, as condições do proletariado inglês durante a revolução industrial.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme apontado anteriormente, a revolução industrial implica um período de significativas transformações nos modos de produção da economia britânica do século XVIII e, posteriormente, de toda a Europa e mundo, provocadas pelo desenvolvimento exponencial da indústria. Segundo Engels (2010), essa nova indústria passou a centralizar a propriedade em poucas mãos, destruindo a pequena burguesia artesã e expulsando do mercado os trabalhadores manuais isolados, tudo isso manifestado a partir de três alavancas principais: a divisão do trabalho, a utilização da força hidráulica (a vapor) e a maquinaria.

No século XVIII, o setor manufatureiro da Grã-Bretanha tinha o algodão como uma das principais matérias-primas que compunham os setores de produção (com a fiação e a tecelagem), sendo um dos mais importantes pilares da economia britânica. Antes da revolução maquinaria, esses setores de produção estavam circunscritos aos ambientes familiares, no qual as forças produtivas eram exercidas por famílias que concentravam o trabalho em suas próprias casas, atendendo às necessidades de um mercado interno. Com o desenvolvimento do mercado externo, muito relacionado ao domínio do comércio britânico no Oriente, às viagens marítimas e à colonização, a necessidade de aumento de produção se torna uma questão de interesse para a burguesia industrial, que busca atender o comércio externo e, conseqüentemente, aumentar seus lucros.

Os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus sucessores: não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo, trabalho que para eles era uma forma de descanso [...] sem a revolução industrial, jamais teriam abandonado essa existência (Engels, 2010 p. 46-47)

A descrição de Engels em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, descreve de maneira resumida as condições dos trabalhadores tecelões antes da implementação das máquinas no processo de produção. Mesmo parecendo uma situação melhor do que o que viria a se proceder depois,

é importante não se esquecer de que mesmo trabalhando em suas próprias casas, com mais autonomia, essas pessoas ainda exerciam um trabalho que se mantinha através de uma relação de dominação à serviço de uma aristocracia, afinal “a exploração de uma parte da sociedade por outra é um fato comum a todos os séculos passados” (Marx e Engels, 2014, p. 65). No entanto, apesar disso, é fundamental compreender também que com o processo de industrialização capitalista, assinalado pela revolução industrial, as relações de produção dessa sociedade se transformaram drasticamente, mudando completamente a situação dos trabalhadores ingleses e, posteriormente, do mundo, até os dias atuais.

Segundo Engels (2010), a primeira invenção que mudou marcadamente a condição dos trabalhadores ingleses foi a jenny (construída em 1764 pelo tecelão James Hargreaves), que mesmo funcionando manualmente possuía ao invés de um só fuso, como nas rodas de fiar até então utilizadas, dezesseis ou dezoito fusos que podiam ser acionados por um único operário e produzir mais fios em menos tempo.

A demanda de tecido, de resto em aumento, cresceu ainda mais graças à redução de seu preço, provocada pela diminuição dos custos de produção do fio devida à nova máquina; [...] gradativamente, a classe dos tecelões-agricultores foi desaparecendo, sendo de todo absorvida na classe emergente dos exclusivamente tecelões, que viviam apenas de seu salário e não possuíam propriedade. [...] Foi dessa maneira que se iniciou a divisão do trabalho entre fiação e tecelagem, que seria levada ao grau extremo na indústria posterior (Engels, 2010, p. 48-49)

Bem, depois da Jenny obtiveram-se sucessivos aperfeiçoamentos mecânicos com a spinnig throstle inventada em 1767 por Richard Arkwright (um barbeiro de Lancashire), a mule em 1785 criada Samuel Crompon (também de Lancashire), máquinas de cardar e fiar; o tear mecânico do doutor Cartwright em 1804; a máquina a vapor de James Watt inventada em 1764 e utilizada a partir de 1785 para acionar as máquinas de fiar; entre tantas outros aprimoramentos que foram configurando ao longo do tempo “a vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual” (Engels, 2010, p. 50). O desenvolvimento do sistema fabril na produção dos tecidos a partir do algodão, rapidamente atingiu outros ramos

da indústria como a da estamperia, do linho, da seda, da tipografia, da cerâmica, da metalurgia, da agricultura, entre outros.

Essas máquinas puseram a indústria inteiramente nas mãos dos grandes capitalistas e desvalorizaram a escassa propriedade dos operários (ferramentas, teares, etc.), até que os capitalistas se apropriaram de tudo e nada mais restou aos operários. [...] o trabalho foi dividido cada vez mais entre os operários, e o operário que antes fazia um objeto inteiro passou então a fazer apenas uma parte desse objeto. Tal divisão do trabalho permitiu que os produtos pudessem ser fabricados mais rapidamente e, portanto, a menor preço (Marx e Engels, 2014, p. 87)

A partir do materialismo histórico pode-se conceber como o modo de produção de uma sociedade determina e condiciona a organização social dela. Com base nessa teoria, e na compreensão de que “a história de toda sociedade até nossos dias movimentou-se através de antagonismos de classe, que assumiram formas diferentes nas diferentes épocas” (Marx e Engels, 2014, p. 65), verifica-se que as relações de produção do sistema capitalista desenvolvidos no seio da revolução industrial, definiram uma nova organização de classes para sociedade, dividida em dois grupos antagônicos: a burguesia e o proletariado.

Por burguesia, entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver (Marx e Engels, 2014, p. 39)

Historicamente, essa organização social definiu-se pela ação revolucionária de tomada do poder da classe da burguesia que desmanchou todas as relações de exploração feudais, patriarcais e dominiais do antigo regime, ao modificar todos os instrumentos de produção e com isso, condicionar todo o conjunto das relações sociais à uma relação que obrigou o trabalhador a existir sob uma única circunstância: a da venda de sua força de trabalho em troca de um salário mínimo para sua subsistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de Revolução Industrial é falar de um evento histórico que marca o desenvolvimento de uma nova conjuntura na história definida através da vitória da ascensão de uma classe que domina até hoje as relações de produção; ou seja, é falar também do presente. Sendo assim, diante de todo o exposto, o intuito dessa reflexão é dar ênfase a uma análise social do processo histórico da revolução industrial, possibilitando provocar no leitor a reflexão de não pensar o sistema capitalista como algo natural, mas entendê-lo como fruto de um processo histórico e de interesses de uma classe específica, que encontrou meios nesse processo histórico para dominar as relações de poder na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. [Edição Revista]. São Paulo: Boitempo, 2010. 388p.: il. (Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels).

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2014.

HOBBSBAWM, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 5. ed. Barueri-SP: Editora Forense Universitária, 2009.

CAPÍTULO 8- ENSAIO: O ABSOLUTISMO E AS SUAS MÚLTIPLAS FORMAS

Kelven Eduardo Dantas Messias

Paula Roberta Maia De Oliveira

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir o absolutismo a partir da noção de que ele assume múltiplas formas e desdobramentos segundo a vida material produzida no contexto histórico de que se fala, ressaltando a importância de compreender as minúcias desse processo histórico a fim de assimilar as rupturas, as permanências contínuas e a presença inegável de classes dominantes no poder que movimentam-se em função de sua própria conservação e possuem como principal interesse alienar e manter o controle das classes tidas como inferiores.

Palavras-chave: Ensaio. Absolutismo. História.

INTRODUÇÃO

Entender a constituição do absolutismo requer a compreensão de que o desenvolvimento do Estado moderno não aconteceu do dia para a noite e foi impulsionado por uma série de mudanças materiais no modo de vida e nas relações de produção durante o final da idade média, perpetuadas sobretudo pela crise do sistema de produção feudal daquela época. A idade média é um período da História europeia demarcada entre os séculos V e XV d.C. Dividida entre Alta Idade Média – Séculos V ao X – e Baixa Idade Média – Séculos XI ao XV –, essa prolongada época da história foi marcada por inúmeras transformações políticas, sociais, econômicas e ideológicas refletidas até hoje na estrutura da nossa sociedade. De maneira geral, caracterizada pela dominação da igreja católica nas relações sociais, e pela servidão dos povos camponeses e servos à nobreza e ao Clero, foi na idade média que desenvolveu-se, através de um intenso processo de ruralização, um novo modo de produção definido como feudalismo.

O feudalismo possuía um sistema de produção de riqueza que se concentrava nas mãos do Clero e dos senhores feudais – a nobreza – a partir da exploração da terra por meio da servidão dos camponeses e servos e da troca, seu auge aconteceu no período da Baixa Idade Média. Havia então a formação de uma sociedade estamental bem definida com pouca ou quase nenhuma mobilidade social. Com o passar do tempo, o desenvolvimento

agrícola permitiu um considerável aumento na produtividade da terra que possibilitou a comercialização dos excedentes produzidos, criando assim um renascimento do comércio e também um renascimento urbano, pois à medida que o comércio ia se desenvolvendo, os comerciantes iam instalando-se nas cidades por meio das feiras, delimitando os espaços que ficaram conhecidos como burgos - construção essa que vai criar a classe social da burguesia.

Segundo Braudel (1985, p. 14), “as cidades e a moeda fabricaram a modernidade”¹. Sendo assim, a compreensão acerca de todo esse contexto histórico serve para perceber como esses movimentos de transformação sobre as relações de produção que estavam sendo modificadas naquela época impulsionam mudanças na concepção sobre a forma de governo diante das novas estruturas econômicas e sociais. Para Perry Anderson (2004, 18-190,

As alterações nas formas de exploração feudal sobrevindas no final da época medieval estavam, naturalmente, longe de serem insignificantes. Na verdade, foram precisamente essas mudanças que modificaram as formas de Estado. Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição tradicional.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo discutir o absolutismo a partir da noção de que ele assume múltiplas formas e desdobramentos segundo a vida material produzida no contexto histórico de que se fala.

DESENVOLVIMENTO

O Absolutismo surge, conforme Perry Anderson (2004, p. 18), no século XVI. Os primeiros Estados Absolutistas da Europa, sendo assim a primeira forma de organização do Mundo Moderno Ocidental. Essa forma de organização estatal, tem como característica principal a centralização do poder em um único indivíduo e/ou instituição, cargo. No período que marca o fim da época da Idade Média, com a crise do sistema feudal e a constante instabilidade social, as monarquias europeias passam por um processo de reconfiguração e desse modo surgem as primeiras monarquias absolutistas europeias, uma forma

encontrada de manter o controle sobre as “classes inferiores” – principalmente os camponeses.

No decorrer da ampliação econômica, o surgimento de excedente na produção que passa a ser comercializado, no sistema feudal, abre margem para novas dinâmicas sociais e culturais, criando novas necessidades e anseios, e principalmente provoca um avanço na ampliação da vida material, com isso em várias localidades de onde hoje é conhecido como Europa no século XVI, possuem diversas variações em níveis de bases materiais. Com o surgimento do Estado Absolutista – que pode ser visto como um novo sistema feudal (Anderson, 2004, p. 18-19), mais eficiente e controlador – e é nesse ponto que surge a principal característica do sistema estatal absolutista que vai diferenciar as diversas formas de manifestação, e até o seu fim, visto que até o século XX o mundo ocidental ainda possuía um estado absolutista, à Rússia. As múltiplas formas em que o absolutismo se apresenta no contexto europeu tem grande relação com a vida material de cada região.

O absolutismo marcou o período da Era Moderna como um todo, cabe ressaltar que essa é uma manifestação predominantemente ocidental, a reorganização da estrutura sócio-econômica e a ruptura com o antigo sistema medieval e com a vassalagem¹, foi determinante para as mudanças que ocorreram a partir do século XVI. As regiões que tiveram um avanço inicial significativo do absolutismo foram a Inglaterra, a França e a Espanha, que no século XVI eram grandes “potências econômicas” dispostas de ampla base material e um comércio em expansão. Em cada uma dessas monarquias absolutistas existiu uma determinada forma absolutista singular marcada por diversos pormenores, além de serem dotadas de uma imensa diversidade de cronologias heterogêneas, o ponto que almejamos demonstrar é a forma que as bases materiais foram determinantes nesse processo, e a diferença temporal é um indicativo desse processo que diferencia as monarquias absolutistas.

As bases materiais da Europa quinhentista, ao passar pela expansão

¹ A mudança das estruturas de longa duração geralmente deixa resquícios do período ultrapassado, e como pontuado por Anderson, não foi diferente com a instituição de novas estruturas de relações de trabalho e modos de produção no fim da Idade Média e início da Idade Moderna, dado que “[...] o fim da servidão não significou [...] o desaparecimento das relações feudais no campo” (Anderson, 2004, p. 17).

ultramarina e o início do Imperialismo ultramarino, aumenta o nível de acumulação de capital, dado a exploração das colônias, foram determinantes para as monarquias que enriqueceram com a exploração colonial, e favoreceu tanto a nobreza como a classe burguesa emergente. E o sistema absolutista que passa a vigorar na Espanha e em Portugal – na Península Ibérica – passa a fazer parte da construção das colônias americanas, no Brasil colônia não foi diferente. Deixando raízes que são perceptíveis na formação da nação brasileira até a contemporaneidade.

Na estrutura de organização do estado brasileiro desde da constituição do Império do Brasil, com a independência em 1822, vem sendo construído a partir de diversas raízes absolutista⁶ que se manifesta na imensa complexificação do sistema político-jurídico e do Estado como um todo, a construção de figuras centralizadas com poderes quase que máximos, é possível ser observado durante o Império e na construção da República do Brasil. Esse é um dos casos que é perceptível a herança absolutista e da Era Moderna como um todo, deixado e ainda presente na contemporaneidade, se tornando latente no modo em que as formas de dominação de classe ainda passa por diversas reconfigurações contínuas, de modo que sempre mantenha o controle na classe dominante, outrora a nobreza feudal e no tempo presente a burguesia latifundiária e empresarial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, o Absolutismo se apresentou em diversas formas no decorrer da Era Moderna e posterior a esse momento tornando perceptível identificar as raízes absolutistas na constituição dos Estados Contemporâneos. Sendo assim, esse ensaio pontua uma característica específica do Absolutismo, que é a diferenciação base partindo da estrutura material de cada localidade europeia no século XVI, sendo um pequeno ponto dentro de um universo de possibilidades de análises sobre os diversos Absolutismos e a construção do Estado Moderno.

Por fim, cabe ressaltar a importância de compreender as minúcias desse processo histórico a fim de assimilar as rupturas, as permanências contínuas e

a presença inegável de classes dominantes no poder que movimentam-se em função de sua própria conservação e possuem como principal interesse alienar e manter o controle das classes tidas como inferiores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. Tradução José Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ASSIS, Luiz Gustavo Bambini de. O absolutismo e sua influência na formação do Estado brasileiro. **Revista dos Tribunais**, n. 969, p. 01-25, 2016.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. [1985].

SOBRE OS ORGANIZADORES

MATEUS DA SILVA FERNANDES

Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Especialista em Tutoria em Educação a Distância pela Faculdade Sucesso - FACSU. Graduado em Licenciatura Plena em Filosofia pela Faculdade Católica da Paraíba (2018).

MARCOS VITOR COSTA CASTELHANO

Graduado em Bacharelado em Psicologia pelo Centro Universitário de Patos (UNIFIP). Pós-graduado em Psicologia Escolar e Educacional (Faculdade Iguazu). Mestre em Ciências da Educação pela WUE.

GISLÂNIA DANTAS DE ANDRADE

Doutora Honoris Causa em Educação pelo Centro Sarmathiano de Altos Estudos Filosóficos e Históricos. Doutoranda em Ciências da Educação. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba - PPGDR/UEPB. Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB - Campus I, Campina Grande - PB. Bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pelas Faculdades Integradas de Patos - FIP. Docente e atual Coordenadora do Curso de Serviço Social na modalidade a distância da Faculdade Sucesso - FACSU.

ERILENE DANTAS JUNQUEIRA BARROS

Graduada em Serviço Social pela Faculdade Católica Santa Terezinha - FCST (2014). Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Franciscano Nossa Senhora de Fátima - Fátima (2018). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Kurios - FAK (2017). Especialista em Docência e Gestão na Educação a Distância pelo Instituto Superior de Educação do CECAP (2018). Especialista em Gestão Pública pelo Centro Universitário Inta - UNINTA (2019). Mestranda em Ciências da Educação. Docente nos cursos de Pedagogia e Serviço Social na modalidade EaD na Faculdade Sucesso - FACSU. Doutora Honoris Causa em Educação pelo Centro Sarmathiano de Altos Estudos Filosóficos e Históricos (2023).

RAYANNE PINHEIRO DE ALMEIDA

Mestranda em Ciências da Educação. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com atuação na área da Formação Profissional em Serviço Social. Docente em Serviço Social na Instituição de Ensino Superior FACSU (Faculdade Sucesso), ministrando disciplinas de Fundamentos do Serviço Social e orientando discentes no Estágio Supervisionado. Especialista em Serviço Social e Gestão em Projetos Sociais pela Faculdade Estratego. Discente das Pós-Graduações em Gestão Hospitalar e Auditoria em Serviços de Saúde (Estratego), Tutoria em Educação a Distância e Docência no Ensino Superior pela Faculdade Sucesso - FACSU, todas na modalidade EAD (Lato Sensu). Foi aluna especial na disciplina de Educação Popular em Saúde na Pós-Graduação

**em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2021).
Assistente Social na Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba.**

TIAGO D. C. CARNEIRO

Doutorando em Ciências da Educação na Christian Business School (2024). Mestre em Sistemas Agroindustriais pela UFCG (2021). Especialista em Gestão Empresarial pela Faculdade Católica Santa Teresinha (2015) e em Marketing e Gestão Estratégica pela Universidade Cândido Mendes - EAD (2014). Graduado em Administração pela Faculdade Católica Santa Teresinha (2012). Atuou como gerente administrativo em empresa familiar, agente de inovação local pelo SEBRAE/RN, professor de cursos da área de Gestão e Negócios pelo SENAC/Caicó e dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Católica Santa Teresinha. Atualmente, é Coordenador e professor do curso de Gestão de Recursos Humanos na FACSU.

SONIA AZEVEDO DE MEDEIROS

Doutora em Educação pela UFRN. Doutora em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

PATRÍCIO BORGES MARACAJÁ

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal da Paraíba (1981). Graduado em Teologia pelo Cenpacre (2007). Doutor Engenheiro Agrônomo pela Universidad de Córdoba - Espanha (1995).

ALINE CARLA DE MEDEIROS

**Licenciada em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2008).
Especialista em Educação Ambiental pelas Faculdades Integradas de Patos
- FIP (2011). Mestre em Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal
de Campina Grande - UFCG/Pombal-PB (2014). Doutora em Engenharia de
Processos pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2020).**

FLÁVIO FRANKLIN FERREIRA DE ALMEIDA

**Mestre em Economia da Empresa (aprovado com distinção) pela
Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2004). Graduado em Ciências
Econômicas (2001).**

